

Brasil pode reabrir negociações com FMI

por Celso Pinto
de Brasília

Será muito difícil para o governo cumprir à risca o programa de austeridade assinado com o FMI para este ano. As gigantescas manifestações populares, nestas últimas semanas, indicam o limite de resistência do aperto. Por esta razão, é provável que o Brasil tente reabrir, em julho, a discussão sobre as metas de 1984 com o Fundo.

A previsão é de um importante assessor econômico do governo, fiel negociador e executor do programa de ajuste econômico. A pressão política chegou, decididamente, aos gabinetes econômicos de Brasília e começa a insinuar-se nos cálculos para este ano.

Não há boas razões para se abrir, de imediato, frentes de discussão com o FMI. Ao contrário, o governo ainda está saboreando os bons números fechados no primeiro trimestre. O Fundo pediu um déficit operacional de Cr\$ 1,3 trilhão e o Brasil apresentará, pelas previsões, um ligeiro superávit. O crédito interno líquido está dentro do exigido e o balanço de pagamentos, comporta-se até melhor do que era suposto. O único revés foi um substancial desvio na expansão dos meios de pagamento, mas há tolerância do FMI, pois este não é um "critério de performance" rígido.

MISSÃO

Até o final deste mês virá ao Brasil uma missão do FMI, capitaneada pelo economista belga Henry Ghesquiere. A chefe-adjunta da

divisão Atlântico do Fundo, Ana Maria Jul, já avisou que não poderá vir: estará envolvida na montagem de um programa de ajuste para a Guiana. Não se espera dificuldades com esta missão, nem ela terá o nível hierárquico necessário para qualquer discussão mais profunda.

Ficam valendo, portanto, as metas fixadas para o segundo trimestre, e que supõem uma inflação média mensal de 8%. Formalmente, a próxima rodada de discussões com o Fundo abre-se apenas em julho, com dois propósitos: avaliar o comportamento do segundo trimestre e acertar as metas para o último trimestre deste ano. Para o terceiro trimestre, como se sabe, as metas foram acertadas em revereiro.

E neste ponto que se prevê a ampliação das conversas com o FMI. O governo, é claro, espera que a inflação caia no segundo trimestre, o suficiente para não fugir muito das metas do Fundo. Se a inflação não ceder, admite-se, a negociação com o Fundo será bastante dura. A favor da contenção dos preços, argumenta-se com a justiça das políticas monetária e fiscal e com o ingresso das novas safras agrícolas. O fato, no entanto, é que ninguém, na área econômica do governo, se arrisca a apostar sobre o futuro das taxas inflacionárias.

Mesmo que a inflação seja contida e as metas não fujam muito ao previsto, o assessor econômico do governo considera inevitável colocar na mesa, em julho, não só as projeções para o

último trimestre, como as metas já fixadas para o terceiro trimestre. O governo terá de criar condições para algum alento na economia no segundo semestre, e o programa assinado com o Fundo é duro demais para isto.

ESPAÇO

Há um espaço razoável aberto na balança comercial para ampliar um pouco mais as importações do setor privado e o governo quer utilizá-lo ao máximo. Por esta razão, ao contrário de alguns credores, que já estão contabilizando um superávit comercial de pelo menos US\$ 10 bilhões neste ano, na área econômica o esforço será para

mantê-lo nos US\$ 9,1 bilhões previstos. Haverá um adicional a pagar de juros (estimado em US\$ 300 milhões), e é certo que deixará de entrar parte dos US\$ 2,5 bilhões em créditos comerciais oficiais prometidos. Não se trabalha, no entanto, ao menos até o momento, com a perspectiva de compensar esta diferença (que pode chegar a US\$ 1,5 bilhão), ampliando-se o superávit comercial. Admite-se até a hipótese de pedir aos bancos internacionais que complementem os recursos, já que, no caso dos créditos oficiais, se trata de um compromisso assumido pelos países credores junto ao Fundo.

Do ponto de vista da política fiscal há um raciocínio parecido. A performance do início do ano foi excepcional, superou as mais otimistas projeções. Há, de toda forma, um componente sazonal neste cenário (a antecipação do pagamento do Imposto de Renda por pessoas jurídicas). E há a previsão de que as pressões para se aliviar o aperto econômico implicarão, de forma inevitável, mais gastos do setor público do que o imaginado.

Por esta razão, não se trabalha com a hipótese de "acumular" os recursos que engrossaram a receita do setor público além das projeções, muito menos tentar transformar esta margem de manobra em superávit operacional do setor público superior à meta de 0,3% do PIB neste ano. Ao contrário, como considera inevitável um comportamento mais generoso do setor público, em vista das pressões políticas por maior alento econômico, o assessor governamental afirma que não será fá-

cil sequer manter a meta de 0,3% do PIB.

Será também no segundo semestre, a partir de agosto ou setembro, que o Brasil iniciará a fase decisiva de negociação para o acordo externo do próximo ano com os credores. A eventual coincidência deste processo com o de uma rediscussão de metas com o Fundo pode introduzir algum elemento adicional de incerteza.

De toda forma, como o Brasil poderá apresentar alguns bons resultados econômicos, mesmo que negocie um abrandamento das metas para este ano, supõe-se que terá algum cativeiro nas negociações. Além disto, é certo que, qualquer mudança mais substantiva nas regras da negociação externa, passa muito mais por Washington e pelos grandes bancos americanos do que, exclusivamente, pela postura brasileira. De resto, a preocupação com os limites políticos para o ajuste econômico é hoje compartilhada pelos principais credores externos.